

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Investigar sim, punir se culpado, mas apedrejamento moral nunca

23/10/2011

Todo meu apoio à postura da presidenta Dilma, que não vem permitindo que a mídia paute o governo baseada em denúncias infundadas. A presidenta afirmou, na última quinta-feira, que não se pode fazer "apedrejamento moral de ninguém", referindo-se às denúncias de que o ministro do Esporte, Orlando Silva, teria participado de um esquema de desvio de dinheiro público na pasta. Segundo a presidente, os fatos serão apurados e, se houver culpa, haverá punição. "Nós temos de apurar os fatos, temos de investigar. Se apurada a culpa das pessoas, puni-las. Agora isso não significa demonizar quem quer que seja, muito menos partidos que lutaram no Brasil pela democracia", disse a presidente, referindo-se ao partido do ministro, o PCdoB.

Dilma definiu como "tolice" as especulações de que o governo estaria enfrentando dificuldades com o partido aliado, por conta desse episódio. "Isso é uma tolice. Dizer que o governo está fazendo julgamento de um partido é uma tolice. O meu governo respeita o Partido Comunista do Brasil e acha que o partido tem quadros absolutamente importantes para o país. Nós não vamos entrar nesse processo que é absolutamente irracional", declarou.

Dilma queixou-se ainda de notícias publicadas na imprensa sobre observações que ela teria feito sobre a situação do ministro Orlando Silva. "Eu li com muita preocupação as notícias do Brasil. Primeiro, pelo grau de imprecisão nas observações a respeito do governo. O governo não fez, não fará nenhuma avaliação e julgamento precipitado de quem quer que seja", afirmou. "Eu não falei com ninguém e vazam aspas minhas. A gente tem que ter um processo sistemático de investigação e apuração de todos os malfeitos", afirmou a presidente, ressaltando que "é preciso sempre se supor a presunção da inocência das pessoas".

Dilma falou aos jornalistas ao deixar Luanda com destino ao Brasil. Ela disse que ao chegar vai olhar tudo com tranquilidade para depois tomar as oposições necessárias "para preservar não só o governo mas os interesses do País"